

Cruzando fronteiras. Prostituição e imigração *

Claudia Mayorga **

Resumo

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão acerca das tensões identitárias vivenciadas por mulheres brasileiras que migraram para a Espanha para exercer a prostituição a partir de uma crítica às perspectivas eurocêntricas e coloniais. Tais perspectivas, desde o surgimento dos estados nacionais, têm propiciado a invenção do *outro*, naturalizando relações desiguais de raça, etnia, gênero, nacionalidade. Apresentamos aqui como brasileiras, imigrantes e prostitutas, vivenciam as heterodesignações como *outras*, enfocando possíveis interpelações às hierarquias sociais a partir de sua condição de imigrantes na Europa e prostitutas. Para tanto, faremos uma análise da crise que os estados-nacionais europeus têm vivido e que tem como consequência o acirramento de práticas xenófobas e racistas. Apresentaremos também a análise de entrevistas em profundidade realizadas com prostitutas imigrantes brasileiras em Madri, Espanha.

Palavras-chave: Prostituição, Imigração, Identidade, Feminismo.

* Recebido para publicação em 13 de março de 2009, aceito em 23 de março de 2010.

** Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri/Espanha, professora e pesquisadora do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais. mayorga.claudia@gmail.com

Crossing Borders.
Prostitution and Immigration

Abstract

This work presents a reflection about the identity tensions experienced by Brazilian women who migrated to Spain to practice prostitution from a critical perspective on Eurocentric and colonial logics. Such prospects, since the emergence of national states, have brought the invention of other, naturalizing unequal relations of race, ethnicity, gender, nationality. We will see how Brazilian immigrants and prostitutes live heterodesignations as the other focusing on possible questions to social hierarchies from their status as immigrants and prostitutes in Europe. For this, we will review the crisis that the European national states have experienced and which as a consequence has been worsening xenophobic and racist practices. We also present the analysis of interviews conducted with Brazilian immigrant prostitutes in Madrid, Spain.

Key Words: Prostitution, Immigration, Identity, Feminism.

Quando as fronteiras estremecem

O modelo do estado-nacional tem sido analisado no campo das ciências sociais e políticas como vivendo uma forte *crise*, e a imigração tem sido compreendida como um dos aspectos de instabilidade para muitos estados europeus. Tal fato relaciona-se com as fortes redefinições das identidades coletivas vividas pelas sociedades diversas, o que leva à experimentação do estabelecimento de novas fronteiras políticas (Mouffe, 1993). De fato, muitos países europeus possuem uma longa tradição imigratória (França, Bélgica, etc.) e são marcados por uma pluralidade étnica e racial. Mas sua constituição e definição ocorrem a partir da tentativa de uma limitação clara sobre quem – em termos culturais, religiosos, étnicos e políticos – pode usufruir das políticas do Estado. Assim, a dimensão e o alcance da cidadania são definidos e regulados pelos dispositivos legais e institucionais dos estados nacionais, em constante tensão ou associação com outros setores da sociedade como o mercado e a sociedade civil. O que identificamos nas sociedades europeias contemporâneas é que o aumento significativo dos fluxos migratórios, principalmente no que se refere ao eixo sul-norte, tem afrontado a suposta soberania de alguns estados nacionais e conseqüentemente tem exigido outras noções, reformulações e questionamentos relacionados à dimensão da cidadania.

Mouffe (id.) analisa a situação das sociedades democráticas ocidentais e relaciona a crises dos estados nacionais com o colapso do comunismo e o desaparecimento da oposição democracia/totalitarismo que constituía a principal fronteira política desde a Segunda Guerra Mundial, e que permitia distinguir entre *amigos* e *inimigos*. Lutz, Phoenix e Yuval-Davis (1995) fazem uma análise sobre o renascimento dos nacionalismos na Europa, considerando as questões de gênero nesse contexto. Para as autoras, com a queda do Bloco Soviético e o final da Guerra Fria, as questões acerca da identidade europeia se

transformaram ainda mais presentes: o que é a Europa? Quais são seus limites? O desaparecimento de tal fronteira, marcado por uma luta comum contra o comunismo tem proporcionado o surgimento de outros e antigos antagonismos – étnicos, nacionais, religiosos. Contudo, esses antagonismos que pareciam pertencer a tempos passados têm sido frequentemente analisados por perspectivas liberais como algo atrasado, temporal e que, de nenhuma maneira, poderia (ou deveria) impedir o caminho natural em direção à universalização da democracia. É a própria identidade da democracia que está em perigo – o “inimigo” foi vencido e o sentido da democracia necessita ser definido a partir de uma tarefa complexa que é a reinvenção e a criação de novas fronteiras (Mouffe, 1993). Em tempos de globalização, mais especificamente no contexto europeu, os imigrantes têm aparecido como os *inimigos* que representam uma ameaça à identidade cultural e à soberania nacional dos *autênticos europeus*.

Esses fenômenos podem ser relacionados com o fechamento de fronteiras na Europa atrelado a racismos e xenofobias recorrentes nas sociedades contemporâneas, resposta que tem sido dada por muitos desses países à “nova ordem global”, caracterizada pela ampliação da mobilidade seja de trabalhadores, refugiados ou turistas (Piscitelli, 2005). As leis e tratados de imigração, que regulam grande parte da entrada e permanência de imigrantes na Espanha e outros países europeus, demonstram como esses fenômenos instituídos através de dispositivos legais inventam e atualizam a ideia de um *outro* imigrante que justifica o pânico moral instalado nas sociedades europeias, bem como a instauração de procedimentos, institucionais ou não, de rechaço ao coletivo de imigrantes. Lucas (1996) faz uma análise sobre a construção da imigração como problema e identifica como os efeitos perversos da globalização geraram um rechaço aos imigrantes na Europa, principalmente os *extracomunitários*, e relaciona tal aspecto com a definição de Estado e cidadania. O Estado como forma de organização política

está baseado na contraposição entre nacionais e estrangeiros e na exclusão destes, traduzida na dicotomia cidadão/estrangeiro.

El mito moderno de la identidad, al mismo tiempo que crea cohesión, funciona también como mecanismo de exclusión. Ese mito es el que subyace al dogma político por antonomasia, la moderna noción de ciudadanía, y a su vínculo con la nacionalidad, tal y como la heredamos de la Revolución Francesa, que está en el origen de nuestras concepciones del Estado, del Derecho, de la ciudadanía, es decir, en el núcleo del vínculo social mismo (Lucas, 1996:21).

As mulheres, juntamente com outros grupos sociais, ocupam um lugar de destaque na dinâmica da globalização e dos fluxos migratórios e também sofrem as consequências do fechamento das fronteiras. Atualmente, muitas imigrantes no contexto europeu têm origem em países de histórico colonial, onde a cidadania apresentada como universal segue privilegiando as elites locais. Vivenciaram situações de precariedade socioeconômica, mas também de violência de gênero, sexismo e exploração a que muitas estão submetidas e que muitas vezes não se restringem a questões de classe social: tal fenômeno tem sido chamado de feminização da pobreza (Novellino, 2004). Contudo, essas mulheres têm buscado construir formas de resistência diante de situações de sub-cidadania a partir de estratégias individuais e/ou coletivas e a imigração pode ser considerada como uma delas. Tais resistências têm criado conexões transacionais para além do polo país emissor e receptor, através da instituição de redes de migrantes tanto simbólicas quanto materiais (Piscitelli, 2005).

As mulheres não vivenciam esses fenômenos do mundo contemporâneo de forma idêntica e gostaria de destacar aqui, o coletivo das prostitutas. Tráfico, escravidão e patologia têm definido a prostituição desde a metade do século XIX (Kempadoo e Doezema, 1998), o que se associa a processos de estigmatização e desvalorização em que frequentemente a prostituição é significada de modo pejorativo em nossas sociedades, com forte valoração

moralista. Algumas perspectivas feministas, e também no campo da criminologia, tratam a questão da prostituição através da vitimização das mulheres (Piscitelli, 2009a) e de sua criminalização. A sexualidade se apresenta como um dos principais focos dos dispositivos de controle social que têm reservado e designado às mulheres lugares e papéis específicos, relacionados com sua natureza, capacidade de reprodução, de atenção à família, incapacidade de atuação no mundo público e de participação política. Com isso, observamos uma moralização acerca da experiência das prostitutas. Elas têm sido representadas como desviantes, más, escravas e, frequentemente, são consideradas como aquelas que negam a natureza feminina. A essas concepções são associadas formas de controle específicas, sendo a estigmatização uma forma de sanção pela transgressão de uma essência ou moralidade femininas (Juliano, 2004).

Nas últimas décadas, os debates acerca da prostituição forçada ou voluntária, a imigração feminina e os direitos das trabalhadoras do sexo têm possibilitado algumas discussões importantes sobre compreensões acerca da prostituição na análise das sociedades e sobre as políticas públicas para esse coletivo, tanto no contexto latino-americano quanto europeu. As perspectivas abolicionistas sobre a prostituição são marca significativa nas discussões sobre o tráfico de mulheres: se a prostituição é compreendida como escravidão, todo tipo de imigração com fins de prostituição passa a ser compreendida como tráfico. Por outro lado, para muitos dos movimentos internacionais anti-tráfico de mulheres, a questão da prostituição voluntária é um problema sobre o qual pouco se debate e quando surge está marcada por posicionamentos ambíguos, com poucas soluções. Um aspecto que merece destaque é que a distinção entre prostituição forçada ou voluntária se encontra em um terreno tenso em que algumas falsas dicotomias têm fundamentado o debate – por exemplo, liberdade e autonomia são frequentemente relacionadas com a experiência de determinadas mulheres –; esses valores geralmente são

relacionados às mulheres do primeiro mundo, enquanto exploração, violência e heteronomia são características associadas a mulheres do terceiro mundo (Mayorga, 2006).

A relação entre prostituição e país de origem traz novos elementos para o debate. O que necessita ser explicitado é a forma como as imigrantes têm sido definidas como *outras*. Na relação entre mulheres do norte e do sul, ou entre mulheres de países desenvolvidos e em desenvolvimento, ou entre brancas e negras, existem fortes elementos que caracterizam uma relação de poder em que as do terceiro mundo, não brancas, em desenvolvimento têm sido historicamente designadas como *outras*, isto é, a elas se atribuem características relacionadas com o que é exótico, raro, vítimas ou sujeitos menos conscientes de suas situações de opressão (Mayorga, 2009). Nesse caso, a sexualidade é um atributo relevante e a sexualização da raça é algo bastante recorrente, sendo que tais características são definidas em relação a outras de marcado sentido eurocêntrico. Tal associação marca também a sexualidade de homens negros (Messeder, 2005; 2009).

A utilização de perspectivas binárias e dualistas na compreensão da sociedade é uma característica bastante peculiar ao eurocentrismo, perspectiva que se impôs como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo do domínio colonial da Europa sobre o mundo (Quijano, 2005). Tal perspectiva se objetivou nas diferenciações que historicamente foram sendo dadas entre Europa e não-Europa, diferenciações naturalizadas (com especial importância da noção de raça) e não compreendidas a partir das análises da história do poder. Segundo Quijano (2005:246-247),

Eurocentrismo é aqui o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvidas mais velhas, ou mais antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. (...) [Se refere] a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento

que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos tanto na Europa quanto no resto do mundo.

Construções ideológicas, legais, econômicas e políticas do racismo na Europa promoveram imagens negativas de um *outro* como perigoso (Santamaría, 2002). Lutz, Phoenix e Yuval-Davis (1995) enfatizam que existe mais de um tipo de racismo. Cor, cultura, religião, procedência e raça são utilizadas para excluir, inferiorizar e explorar o *outro*. Na Europa contemporânea existe uma grande variedade de coletivos – imigrantes, refugiados, velhas minorias europeias como os ciganos e judeus – que têm sido vítimas de diferentes tipos de racismo. Essas minorias racializadas estão excluídas dos limites da Nação – excluídas culturalmente e socialmente –, e estão condenadas aos limites fixos a partir das coletividades das quais participam. Contudo, a racialização das minorias não é um processo homogêneo. Para Lorde (1984:67),

A história da Europa ocidental nos condicionou a ver as diferenças humanas através de uma oposição simplista: dominante/ subordinado, bom/ mal, superior/ inferior. Em uma sociedade onde o que é bom é definido em termos de lucro e não de necessidades humanas haverá sempre algum grupo de pessoas, que pela opressão sistematizada, pode ser constituído como um excesso, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo é formado por negros, pessoas do terceiro mundo, classe trabalhadora, idosos e mulheres.¹

¹ Much of western European history conditions us to see human differences in simplistic opposition to each other: dominant/ subordinate, good/ bad, up/ down, superior/ inferior. In a society where the good is defined in terms of profit rather than in terms of human need, there must always be some group of people who, through systematized oppression, can be made to feel surplus, to occupy the place of the dehumanized inferior. Within this society, this group is made up of Black and third world people, working-class people, older people, and women.

Consideramos que gênero é uma categoria importante para analisar essa situação – as mulheres têm uma relevância particular no que se refere aos processos de racialização e etnicização na Europa. Mesmo que às mulheres não se atribuam conotações tão diretas de perigo e barbarismos, como afirma Martínez (2000), elas são significadas e utilizadas como recurso étnico. As mulheres, com muita frequência, ocupam papéis simbólicos importantes nas narrativas nacionalistas e de racialização – de forma geral, são os símbolos de uma nação, enquanto os homens são seus agentes (Lutz, Phoenix e Yuval-Davis, 1995).

As mulheres latino-americanas são um exemplo de como as heterodesignações eurocêntricas prescrevem a noção de *outra* racializada e sexualizada: é bastante comum encontrar representações sobre as mulheres brasileiras que as definem pela sua sensualidade e erotismo, como mulheres que vivenciam sua sexualidade de forma livre e natural e como amáveis, pacientes e carinhosas (Piscitelli, 1996, 2009b). Assim, vêm sendo definidas a partir de uma clara associação com seus aspectos étnicos e raciais, como naturalmente sexualizadas – de um lado, a sexualização do exótico, da raça e da etnia; de outro, a racialização da sexualidade, embora esses dois processos possam ter pesos diferenciados dependendo das concepções que os sujeitos nos países receptores possuem sobre a mulher brasileira (Piscitelli, 2009a). Essas representações presentes, e porque não fundantes da, e na, própria identidade europeia determinam lugares e significados específicos para o coletivo de imigrantes brasileiras marcados pelo jogo das relações de poder entre cidadãos europeus e cidadãos estrangeiros, comunitários e extra-comunitários, mulheres europeias e mulheres imigrantes, mulheres brancas e não brancas. A situação se torna ainda mais complexa quando nos aproximamos das mulheres brasileiras que migraram para a Europa e exercem a prostituição. Se por um lado essas mulheres migram com seus sonhos de fazer dinheiro, de independência e de autonomia, por outro encontram nos países receptores uma série de expectativas em relação aos seus

comportamentos, atuações e identidades; expectativas que podem ser identificadas em níveis diversos – nas políticas públicas para estrangeiros, instituições diversas que atuam junto a imigrantes, nas relações do cotidiano, nos debates atuais acerca de tráfico de mulheres e nos embates acerca da profissionalização da prostituição nos países europeus.

Nesse sentido, procuramos compreender como as mulheres vivenciam e se posicionam nesse contexto, como se percebem e vivenciam essas relações de poder, se se sentem escravas e se constroem estratégias de resistência a esse tipo de relação a partir da análise dos posicionamentos das mulheres em relação a diversos aspectos relacionados à prostituição e imigração e do processo de construção de uma dinâmica de resignificação do lugar historicamente construído de *outras*.

Rosto e voz de mulheres imigrantes brasileiras que exercem a prostituição

Na tentativa de compreender as formas como mulheres imigrantes brasileiras e prostitutas lidam com as complexidades das sociedades europeias (Mouffe, 1993), apresentamos a análise de entrevistas em profundidade realizadas com cinco mulheres brasileiras que migraram para a Europa e trabalham na cidade de Madri como prostitutas. O contato com as mulheres se iniciou através da indicação de organizações não governamentais em Madri, que realizam intervenções de atendimento direto junto a esse coletivo², e que nos indicaram os principais lugares públicos da cidade onde a brasileiras exercem prostituição. Fizemos cinco visitas a um dos espaços indicados pelas organizações, localizado no centro de Madri. Através da aproximação a essas mulheres que eram de várias nacionalidades (principalmente latino-americanas e africanas), chegamos às brasileiras. No primeiro contato uma delas se disponibilizou a participar da pesquisa. Foram realizadas entre 2

² As organizações foram: APRAMP; Caritas; Ethaira.

e 4 entrevistas em profundidade, gravadas e com duração média de 2 horas, com cada uma das mulheres . As entrevistas foram realizadas em um apartamento, na ante-sala do quarto, onde muitas delas atendiam seus clientes, e em suas casas.

Alguns estudos (Osborne, 2004; Emakunde, 2002; Askabide, 2006) demonstram que a prostituição de rua possui suas especificidades, pois implica em um alto grau de mobilidade e rotatividade das pessoas que exercem tal atividade, e ao mesmo tempo é marcada por fortes elementos de estigmatização e muitas vezes de violência, pela exposição que a caracteriza. As mulheres que exercem esse tipo de prostituição têm que buscar o cliente, algumas trabalham em lugares fixos e outras circulam em busca de lugares onde os clientes pagam mais. Outros estudos (Medeiros, 1999; Askabide, 2006) mostram que na rua, as mulheres se sentem mais livres na organização do seu trabalho: horários, quais clientes vão atender, quanto vão cobrar, etc.

Não temos informações seguras acerca do número de brasileiras que exercem a prostituição em Madri, mas outras investigações destacam que um grande número de brasileiras que emigram para a Europa entram no continente através de Portugal e Espanha (PESTRAF, 2002; Piscitelli, 2009b). Muitas permanecem nesses países e outras têm Itália, Holanda e Suíça como destinos finais.

A aproximação das entrevistadas se deu a partir da identificação de uma brasileira, através da qual chegamos a muitas outras, o que possibilitou, desde o primeiro contato, a identificação das redes sociais estabelecidas entre elas. Tais redes parecem ter uma função bem clara: dar apoio para enfrentamento de dificuldades, disponibilizar informações, na maioria das vezes, relacionadas ao processo migratório e às formas de integração com a cidade e cultura espanholas. Quem chegou na cidade, quem vai chegar, quem volta ao Brasil, informações sobre as documentações necessárias, lugares para morar, indicação de instituições importantes como a *extranjería*, hospitais, lugares para

fazer compras, etc. Esse tipo de relação, segundo as entrevistadas, não se estabelece com prostitutas de outras nacionalidades.

As entrevistadas têm entre 24 e 43 anos, são de cor/raça parda ou branca, três se identificaram como heterossexuais e duas como lésbicas. Quatro delas possuem ensino fundamental incompleto e uma possui ensino médio incompleto. Três são do estado de São Paulo e duas do Distrito Federal, regiões menos destacadas, pois os estudos sobre migração e tráfico de mulheres no Brasil têm focado suas análises em mulheres migrantes, principalmente, de estados do nordeste. Estão entre 4 e 11 anos na Espanha e algumas têm *papeles* e outras estão em processo de legalização. Todas possuem dois ou mais filhos. Faz parte de suas vidas vir ao Brasil diversas vezes, até conseguir a autorização para residência, e também por razões de vínculos familiares e afetivos. Algumas relatam viagens também a outros países, o que tem possibilitado, no nível internacional, a conexão entre diversos espaços nacionais através de redes simbólicas e materiais (Piscitelli, 2005). É importante destacar que migram sozinhas, já que é comum nos estudos demográficos sobre migração, encontrarmos análises que focam a migração feminina como secundária, como acompanhante do chefe de família. Outro aspecto relevante é que todas eram prostitutas no Brasil antes de migrar para a Espanha; a decisão foi delas, embora isso não as imunize de situações de violência e exploração.

A gestação de um desejo: os motivos para emigrar

As histórias de emigração das entrevistadas começam por motivos distintos: dificuldades econômicas e exclusão social, problemas familiares e afetivos e desigualdades de gênero, dimensões que estão relacionadas. Esses motivos também são identificados em outras pesquisas com mulheres imigrantes de distintas nacionalidades (Medeiros, 1999; Carmona, 2000; Emakunde, 2001; Jáudenes, Jiménez *et.al.*, 2001; Piscitelli, 2009a), mesmo que o

peso que cada um desses motivos tem no momento da decisão por migrar possa ser distinto.

Em relação às dificuldades econômicas e exclusão social, as mulheres relatam que suas vidas no Brasil eram muito difíceis, pois o que ganhavam com seu trabalho era insuficiente para suas necessidades de moradia, alimentação, vestimenta e também lazer e educação. A necessidade de apoiar e sustentar economicamente a família é uma preocupação constante entre as mulheres.

Os problemas familiares e afetivos também são motivos identificados pelas entrevistadas para emigrar para a Espanha. É importante identificar elementos de ambiguidade em relação ao exercício da prostituição. A prostituição, com todas as características de estigmatização e marginalização, foi algo vivido desde muito cedo e não é apresentado pelas mulheres como um caminho fácil e sem conflitos. As desigualdades de gênero e a desvalorização das mulheres no Brasil são motivos também relatados pelas mulheres.

Me sinto mil vezes mais valorizada aqui do que no Brasil. No Brasil as pessoas têm muito pouco valor, as pessoas que não estudaram que se prostituem, que... Nesses casos... Porque eu vivi e eu sei. No Brasil você tem muito pouco valor, como mulher e como prostituta. O machismo no Brasil é muito grande por mais que as pessoas queiram tampar e dizer que não, imagina! (Rosa, 25).

(...) As mulheres, meninas de 12, 13 anos são prostitutas... Porque elas trepam por causa de uma camiseta! É uma desvalorização muito grande que existe no Brasil (Paula, 24).

O pai do meu filho era muito violento. Então no Brasil eu sentia muito medo. Eu me sinto mais livre hoje aqui, porque eu não devo a ninguém, ando com a cabeça erguida (Paula, 24).

Diante dessa realidade, as mulheres buscam formas de mudar essa situação. São mulheres que desde muito jovens começaram a atuar na prostituição: com 13, 14, 15 anos. Muitas foram mães muito jovens. Para elas, migrar tem um forte sentido de buscar uma “vida melhor”. Um companheiro violento ou agressivo, falta de dinheiro, desigualdades sociais são situações que, no relato das entrevistadas, justificam o contato com alguém que possa levá-las para a Espanha. É uma tentativa de buscar mudar suas situações de vida, uma forma de dizer não a exclusões sociais: econômica e de gênero. O sonho de trabalhar na Europa é forte e está bastante idealizado. Poder estar na Europa é um sonho cheio de *glamour*, já que conjuga ideais de identidade como o progresso, o desenvolvimento, a estabilidade econômica, a evolução cultural, relacionados à Europa; é também um sonho de liberdade, com a possibilidade de *pasarlo bien*. Pelucio (2009) encontra elementos semelhantes em estudo sobre travestis que migraram para a Espanha. Percebe-se como os ideais eurocêntricos marcam a gestação dos processos migratórios dessas mulheres. Por outro lado, emigrar é buscar condições econômicas melhores, mas é também a possibilidade de ser alguém diferente – de adotar novos papéis. Percebemos como o processo de migração é marcado por um movimento identitário importante que é o de questionamento acerca das suas condições de desigualdade no Brasil, o que as leva a um movimento de desnaturalização de um cotidiano que, desde muito cedo, foi marcado por relações de subalternidade. Silva (1993) fala desse mesmo processo em travestis como algo além de uma experiência cosmopolita, mas fundamentalmente marcada pela necessidade de cruzar fronteiras – políticas e/ou simbólicas. Portanto, a iniciativa de buscar informações sobre imigração, os contatos com a rede de migração local e também a do país de destino, é uma opção das mulheres. Elas parecem identificar lógicas hierarquizantes nas relações sociais em seu país de origem, situações de subordinação. Isso faz com que elas busquem, através da migração, por exemplo, estratégias de mobilidade

social. Uma possível solução parece ser construída por elas como uma estratégia individual e a dimensão política dessa experiência deve ser analisada com cuidado. As entrevistadas relatam que emigraram sozinhas, confirmando o perfil das imigrações feminizadas em contextos de globalização. Apresentam-se como ativas e propositivas na decisão de emigrar e na construção de estratégias de mobilidade social.

Cruzar a “fortaleza”: o processo migratório

A vinculação imediata entre tráfico e prostituição está bastante presente nos debates de feministas, políticos/as, sociedade em geral, coletivos de trabalhadoras do sexo e legislações internacionais, e muitas vezes as posições são, antagônicas. O Grupo Davida³, por exemplo, produziu importante reflexão acerca da ideologização que marca o debate sobre tráfico de mulheres e prostituição. No nosso trabalho aponta para a necessidade de ampliação do debate entre essas concepções. As formas de migração das entrevistadas são diversas e o que existe em comum entre elas é que quando migram querem fazê-lo para, entre outras coisas, exercer a prostituição. E é para isso que investem suas economias e energias nesse processo. Algumas mulheres entrevistadas não podem ser consideradas traficadas se nos atemos às definições dos organismos internacionais, dado que seus processos migratórios foram financiados e respaldados fundamentalmente de maneira autônoma mediante redes familiares e comunitárias. Além disso, os terceiros envolvidos na imigração das mulheres não foram, necessariamente, grandes redes ou máfias organizadas. Contudo, a situação social das imigrantes não traficadas pode ser similar àquelas que são objeto de tráfico no que se refere às condições de exploração, dificuldades sociais de integração e no campo do trabalho. Mas é importante tratar cada problemática de forma distinta.

³ O Grupo de Pesquisa Davida é uma associação de cientistas sociais que estudam a prostituição do ponto de vista do/a profissional do sexo.

Jáudenes e Jiménez *et.alii* (2001) apresentam uma tipologia acerca da imigração de equatorianas e colombianas na qual nos baseamos para compreender como as brasileiras entrevistadas migram. Assim, apresentamos os tipos de migrações realizados pelas entrevistadas, focando principalmente, o nível de participação de outros atores na imigração das mulheres.

a. Migração autônoma:

Tipo de migração realizada por mulheres que decidiram, e financiaram sua viagem com recursos próprios ou através de empréstimos, sem interesse de familiares, amizades ou outros/as imigrantes que já estavam na Espanha. Geralmente, elas mesmas organizam a viagem, são ajudadas por compatriotas já migrados/as, que, frequentemente, participam da recepção e acolhida no país receptor. Entre as mulheres entrevistadas, três correspondem a esse tipo de migração e relatam que, desde o momento da decisão de ir à Espanha até o momento da viagem, todos os trâmites se realizaram de forma rápida, porque as informações acerca dos lugares e pessoas para providenciar o necessário estavam disponíveis. Duas migraram com ajuda de uma amiga que já havia estado na Espanha e uma delas emigrou primeiramente para a Suíça, pois conheceu um suíço que a levou a seu país para que ela fosse sua amante – ponto encontrado em outros estudos.

b. Participação de indivíduos e entidades no país de origem, com fins lucrativos:

Pessoas ou agências de viagem que realizam empréstimos, financiam as passagens, oferecem informações sobre a imigração na Espanha, hotéis, contatos para recebê-las no aeroporto. Nesta pesquisa, nenhuma das entrevistadas vivenciou essa situação, ainda que muitos estudos demonstrem que essa é uma prática comum, mas que não acontece, necessariamente, com maior frequência que as migrações autônomas.

c. Participação de indivíduos na Espanha, com fins lucrativos: Pessoas que se dispõem a emprestar dinheiro, ajudar com informações para entrar na Espanha, acolhem as mulheres em suas casas, fazem o traslado até apartamentos e pensões e mesmo ao local de trabalho e cobram por isso. A história de uma das entrevistadas possui características semelhantes a esse tipo de imigração. Uma compatriota que já estava na Espanha há muitos anos se disponibilizou a ajudá-la: guardou seu dinheiro, pois ela não tinha como abrir uma conta bancária naquele momento, e acabou ficando com todo o dinheiro.

A situação de ilegalidade no país de destino as deixa em situação de muita fragilidade em relação às pessoas que tiram proveito do desconhecimento das recém chegadas. A situação de estar sem documentação deixa as mulheres ainda mais a mercê desse tipo de situação.

d. Participação de redes organizadas ou máfias⁴ implicadas na imigração das mulheres:

Essas redes se responsabilizam por todo o processo de recrutamento, captação, organização e transporte, assim como da recepção, acolhida e traslado ao lugar de trabalho na Espanha. Utilizam violência, coação ou ameaças para manter as mulheres trabalhando nos negócios. Esse é o caso de Paula:

Quando eu entrei em contato com essa mulher no Brasil, foi em Taguatinga. Ela já tinha levado umas mulheres, ela tinha levado umas mulheres pra lá. E uma dessas mulheres disse pra mim: “olha, Paula, eu já fui pra Espanha, eu me dei muito bem e agora eu tô voltando”. Só que ela também era da máfia e eu não sabia. E ela queria levar um monte de mulheres com ela. Resulta que quando ela me falou que

⁴ Máfia: organizações que realizam atividades criminais orientadas à exploração, utilizam a violência ou ameaça de violência, gastam recursos para dissuadir a cooperação entre seus membros e a polícia e corrompem a autoridade com governos legítimos (Mayorga, 2007).

aqui era muito bom, que tinha casa, apartamento, que a passagem custava 1500 dólares que eu só precisava pagar o preço da passagem... Mil maravilhas... Chegou aqui era uma máfia, viviam mais de 25 mulheres presas nesse clube, presas. (...) Não tem como você fugir desse clube, não tem como. Essas 25 moças eram todas do Brasil (Paula, 24).

As formas de migrar das entrevistadas são variadas e as medidas restritivas das políticas imigratórias na Espanha, assim como a grande burocracia que existe para regular a situação quando chegam ao país de destino, provocam muitas brechas para que oportunistas se aproveitem do desconhecimento das recém chegadas. Tal situação se agrava ainda mais com respeito aos seus direitos – se a legislação garante direitos para as que estão em situação regular, as explorações não são denunciadas, temerosas das sanções do Estado e da polícia espanhóis.

Assim, as imigrantes autônomas são as mais protegidas e as que buscam terceiros para mediar o processo migratório, com ânimo lucrativo, estão mais expostas a enganos, violências, máfias que se aproveitam da situação de “sem direitos” na qual as imigrantes se encontram.

O país receptor: entre dores e delícias

A chegada na Espanha não é, nos primeiros contatos, a delícia que se havia idealizado quando tomaram a decisão de migrar. As mulheres entrevistadas relatam um choque cultural e dificuldades de adaptação com o idioma, a cultura; saudosas do Brasil, elas se sentem bastante sozinhas nesse momento.. O *glamour* da Europa, a possibilidade de trabalhar e conseguir muito dinheiro em curto prazo não se concretiza e isso é vivido com muita decepção. No sonho de migrar não havia espaço para a exploração e o trabalho indigno – afinal, disso estão fugindo e o sonho de ir para o estrangeiro implica ganhar muito dinheiro desfrutando da atividade, principalmente no caso da prostituição,

já que no Brasil existe uma ideia de que a demanda por prostituição de mulheres, travestis e transexuais brasileiros é alta; isso faria com que o sonho de ter grandes ganhos econômicos e viver o *glamour* europeu fosse mais fácil.

As coisas começam a melhorar quando se encontram com outras brasileiras, estabelecendo novas redes de relação e amizade. Se por um lado o que foi idealizado não se transforma em realidade, a decepção é “superada” pelas vantagens econômicas que, mesmo que não se concretizem da forma sonhada, costumam ser melhores do que no Brasil. Todas afirmam que depois dos primeiros momentos de dificuldades começam a perceber que suas vidas podem ser economicamente melhores.

As entrevistadas reconhecem que ganhar dinheiro com a prostituição as motiva. Isto é, indicam que se fosse de outra maneira, estariam submetidas às precariedades dos trabalhos oferecidos para imigrantes mulheres na Espanha e, de fato, não querem submeter-se a isso, mesmo que algumas tenham tentado seguir esse caminho. Se sentem melhores na prostituição, pois através desse trabalho podem alcançar, com menos sacrifícios e exploração, os objetivos que têm para suas vidas. Contudo, suas concepções acerca da prostituição também identificam tal atividade como algo que não é correto e seus discursos são pautados por certa moralização do exercício da prostituição, presente também em outros discursos sociais.

(...) porque eu vi que trabalhar corretamente não é suficiente nesse país. Eu trabalhei no restaurante, de ajudante de cozinha, trabalhei numa empresa de limpeza. Fiquei como três anos trabalhando normalmente. Só que o dinheiro não *alcanza* aqui, porque tudo é caríssimo! É impossível. Então quer dizer, cada fim de mês você recebe, mas seu dinheiro não dá mais (Rosa, 25).

Não cheguei a procurar outro trabalho aqui, porque assim ganho muito dinheiro. Se por dia eu ganhar por baixo 50

euros, até final do mês são 1500 euros. Como uma pessoa sem estudo, até quarta série primária, pode ganhar isso em algum emprego? (Suzana, 43).

Um aspecto importante é a autonomia que sentem por não ter que depender economicamente de ninguém – principalmente de seus companheiros. Poder ter um trabalho e um rendimento mensal, para elas, bastante satisfatórios, lhes faz sentir mais autonomia e possibilidade de impor seus desejos, opiniões e formas de vida para seus companheiros. Isso lhes dá respeito e é vivenciado pelas mulheres de forma muito positiva. Assim, a prostituição, que nas perspectivas abolicionistas tem conotações exclusivas de exploração, é vivenciada pelas entrevistadas como forma de emancipação e autonomia frente a possíveis companheiros violentos, autoritários, que queiram dirigir suas vidas. Através da prostituição, tentam negar papéis tradicionais de gênero.

Então a gente discute muito, mas ou ele aceita eu trabalhar aqui ou ele vai embora, porque entre o amor e o dinheiro eu vou preferir o dinheiro, até hoje eu preferi o amor e não deu certo. (...) ele não gosta, eu sinto muito por ele, mas o que eu posso fazer por ele? Nada. Ele não vai me dar o dinheiro que eu preciso pra morar aqui. E como eu não tenho nenhuma profissão, tampouco posso ter um trabalho bom, eu não estudei, estudei até a quarta série. Então quer dizer, que tipo de trabalho eu posso esperar? Nenhum! Trabalhos miseráveis pra não ter condição de nada? (Rosa, 25).

Porque se eu tenho que dar e fazer dinheiro pra mim, pros meus filhos e não pra homem, eu não vou fazer dinheiro pra homem (Paula, 24).

Isso reforça alguns dos motivos pelo quais muitas dessas mulheres migram, desigualdades e violências de gênero sofridas em seus países de origem – tão relevantes e importantes como os

motivos econômicos frequentemente explicitados. Vale ressaltar que no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, as desigualdades de gênero não podem ser compreendidas separadas de questões relacionadas com classe social, raça/etnia e diversidade cultural.

Um aspecto relevante apontado por essas mulheres se refere às estratégias encontradas frente às restrições aos imigrantes na Espanha. Não mencionam dificuldades no processo de documentação. Como dito anteriormente, faz parte do processo de imigração viajar várias vezes para o Brasil já que aproveitam os vistos de turista para ir se estabelecendo pouco a pouco na Espanha. Mas destacam que não podem ser ingênuas quando se trata desse tema e que é fundamental encontrar formas e pessoas-chave para evitar problemas. Assim, estão de acordo de que precisam seguir todas as etapas da burocracia necessária para conseguir a documentação, mas também buscam caminhos para se protegerem de possíveis problemas. Evitam estabelecer relações próximas demais com a polícia e destacam que tal fato pode transformar-se em um problema, principalmente para aquelas que possuem algum tipo de relação com o tráfico de drogas, álcool ou roubos. Segundo elas, a relação com a polícia também pode torná-las vítimas de chantagens, exigências, abuso de poder – mais uma vez a condição de “sem direitos” faz com que essas mulheres se incluam no país receptor de forma subalterna.

Identities *outras*: a imigrante brasileira como prostituta em Madri

Na narrativa sobre as situações que vivenciam por serem imigrantes e prostitutas, é relevante o fato de cotidianamente terem que enfrentar a correlação direta entre ser brasileira e prostituta. Isso pode ser compreendido, primeiramente, através da análise da construção histórica da identidade da mulher brasileira como a mulher sensual, bela, sem pudores para viver a sexualidade, de claro caráter eurocêntrico e colonial. Desde as

imagens das mulatas nos carnavais ou as mulheres de biquíni em Copacabana, até mesmo as modelos ou namoradas de jogadores de futebol, a sexualização da mulher brasileira é uma importante marca da identidade nacional, sendo representada, inclusive, como um dos principais produtos de exportação do Brasil. Além disso, o Brasil tem sido representado como o país da liberdade sexual, onde se pode fazer de tudo, sem limites e sem leis que restrinjam as relações sociais (Silva e Blanchette, 2005). Lugar também da corrupção. O país do folclore, da festa, e da sexualidade, lugar também do mais primitivo, daquilo que não pode transformar-se totalmente em cultura.

A sexualização da mulher não-ocidental é uma forte razão para que essa associação entre ser brasileira e ser prostituta aconteça de forma tão imediata. São representações que vêm desde os tempos coloniais, e que têm relação também com as formas como as mulheres do terceiro mundo têm sido heterodesignadas a partir de um modelo ocidental de mulher que foi generalizado para outras mulheres. Assim se constituíram as *outras* mulheres, mulheres de etnias e raças distintas, culturas e sociedades diferentes, que comparadas com o modelo hegemônico da mulher ocidental foram heterodesignadas como sem cultura, vítimas e incapazes de autonomia, sexualizadas (muitas vezes imorais) e presas a valores tradicionais de gênero. Essas representações que concebem uma espécie de natureza das mulheres do terceiro mundo, das latinas e/ou das brasileiras, justificam relações hierárquicas de poder, de exclusão e desautorização de seus discursos e práticas. Sabemos que essas concepções possuem impactos muito fortes nas políticas anti-tráfico de mulheres, que prescrevem leis e medidas que consideram as mulheres imigrantes como incapazes e vítimas, assim como as crianças. Percebemos um olhar que infantiliza as mulheres do terceiro mundo e tal ideia está presente nos discursos anti-tráfico de mulheres (Doezema, 2004). Segundo Mohanty, apresentar as mulheres não-ocidentais como incapazes e infantis é

o resultado do que ela denominou de “olhar colonial” das mulheres e feministas ocidentais.

(...) las mujeres del tercer mundo como un grupo o categoría son automática y necesariamente definidas como religiosas (léase “no progresistas”), orientadas a la familia (léase “tradicionales”), menores legales (léase “ellas todavía no son conscientes de sus derechos”, analfabetas (léase “ignorantes”) y hogareñas (léase “atrasadas”) (Mohanty, 1988:22).

Os debates contemporâneos acerca do tráfico de mulheres enfatizam a inocência e não a consciência dos próprios atos por parte das mulheres, vítimas da exploração. Definidas como sem autonomia e sem capacidade de ação, às mulheres imigrantes e também prostitutas é negada a possibilidade de autonomia sexual. Para Osborne (2004), a associação “mulheres/crianças” não é uma associação inocente; a ideia que perpassa tal concepção é de que nenhuma mulher consciente, autônoma e independente seria capaz de emigrar para exercer a prostituição. Assim, a equivalência com as crianças – que por definição são legalmente incapazes para decidir – é imediata e bastante útil para certo discurso sobre emancipação feminina que não identifica as próprias hierarquias entre mulheres estabelecidas através desse discurso. Como as crianças, as mulheres do terceiro mundo seriam compreendidas como inocentes e incapazes de tomar decisões a partir de critérios racionais; seriam facilmente enganadas e, portanto, necessitariam de proteção e tutela. Tal perspectiva se apresenta cega à análise das lógicas eurocêntricas que entram em cena quando esse debate se instaura, bem como a discussão sobre a prostituição como um trabalho reconhecido. Assim estão postos os elementos para que se possa associar imigração e prostituição; associação essa bastante problemática e ideologizada como indicado por Davida (2005).

As entrevistadas relatam situações que vivem por ser de nacionalidade brasileira: os assédios, as insinuações diretas para

ter relações sexuais. Contam que a relação que as pessoas estabelecem entre ser brasileira e prostituição é imediata e essa expectativa termina por estimular as brasileiras para a prostituição:

(...) você pode andar num lugar e dizer que você é brasileira, você pode ser uma pessoa normal e decente, mas você sempre vai encontrar uma pessoa chamando você pra transar. Porque sempre vai encontrar, pelo simples fato de você ser brasileira. Porque eu cansei de encontrar, normalmente dentro de um táxi, indo pra minha casa, taxista falar pra mim, ah, você é brasileira, vamos, quanto você cobra. (...) isso incentiva porque eu trabalhava numa empresa e o chefe sempre me via por esse lado, sempre recebia propostas indecentes, é uma coisa que te persegue. Eu trabalhava num restaurante e eu não aguentava os acosos. Teu vizinho te *acosa*⁵. E o que você vai fazer, vai denunciar todo mundo? Não! Você fica calada, mas são coisas que te incentivam (Rosa, 25).

Tiram proveito desse tipo de atribuição social. Contam que entre os clientes, a ideia de que as brasileiras são mais carinhosas, *calientes* para o sexo e sensuais é bastante comum e isso faz com que elas trabalhem bastante. Driblam as heterodesignações e se servem da estratégia patriarcal colonial para alcançar seus objetivos: autonomia, independência econômica, liberdade. A experiência da migração e da prostituição não pode, portanto, ser analisada a partir de perspectivas dicotômicas ou reducionistas dessas experiências.

Como imigrantes e prostitutas, sofrem discriminações. Como já foram vítimas de xenofobia e racismo, algumas relatam que andam constantemente com medo e evitam algumas situações específicas. De fato, a liberdade e a autonomia andam lado a lado com situações de violência e discriminação. Essas mulheres que demonstram, nas entrevistas, uma luta cotidiana pelo

⁵ Tradução: assedia.

reconhecimento e aceitação, querem ser iguais, mas várias situações pelas quais passam no cotidiano mostram que a igualdade é um valor complexo e difícil de ser alcançado, embora no Brasil a situação seja ainda mais difícil. Vivem essas discriminações com muita dor e desses temas não querem falar muito.

As relações de identificação e diferenciação se repetem com outros/as imigrantes: prostitutas e clientes. Na rede de significações e valorações das diversas nacionalidades dos imigrantes na Espanha, as hierarquias entre as nacionalidades terminam por ser uma consequência, em nossa análise, da situação de inclusão subalterna a que todos/as estão submetidos. Sofrem com a xenofobia e o racismo, ao mesmo tempo em que repetem práticas semelhantes junto a outros imigrantes:

(...) porque brasileiro quase não se mete com as outras pessoas, você não vê jornal notícias de brasileiro que fiz isto ou aquilo igual a gente vê com os colombianos, os equatorianos e os marroquinos. Essa gente é mais conflitiva. Então os brasileiros são mais tranquilos (Carolina, 37).

De um lado, ressaltam a competitividade entre as prostitutas de diversas nacionalidades, de outro, destacam a rede de solidariedade entre as brasileiras. Com aquelas competem, brigam, disputam território. Com estas prestam favores, se ajudam de todas as maneiras. A disputa por um mercado que não tem regras claras – o mercado do sexo, que cada vez recebe mais mulheres (Piscitelli, 2009b), segue sendo estigmatizado e desvalorizado socialmente – também é motivo de desentendimento entre as prostitutas de diversas nacionalidades. Não querem ser confundidas com as equatorianas ou as colombianas – porque ser brasileira lhes dá prestígio no trabalho da prostituição, e relatam conflitos com as marroquinas e negras africanas. Os clientes também são alvo das suas valorações.

Com as africanas é a pior relação possível dentro da Espanha. As africanas são as negras mais *malas* que existem. Macumbeira, egoísta, não tem pena de ninguém. Na Espanha, as prostitutas mais *fudidas* é colombiana, africana e romenas (Suzana, 43).

Tento escolher o melhor. Os estrangeiros, menos marroquino e negro, para nada! Porque os marroquinos são a pior raça que tem aqui na Espanha, são os marroquinos. São pessoas violentas. E o negro... eu não gosto dos negros (Carolina, 37).

Repetem discursos de discriminação em relação a imigrantes de outras nacionalidades da mesma maneira que sofrem com isso. Ao querer se diferenciar das nacionalidades mais estigmatizadas, buscam construir suas posições a partir de valorações positivas. E a associação com grupos muito marginalizados é vista como algo negativo para algumas.

As disputas por lugares para exercer a prostituição são bastante acaloradas e, embora existam tentativas de definir os pontos de prostituição, horários, etc. de forma dialogada, algumas prostitutas não respeitam os acordos e a demarcação do território pode acontecer a partir de diversos critérios: as pessoas com quem andam, a que grupo pertencem. A falta de regulação e reconhecimento da prostituição faz com que as regras de trabalho se fundamentem nos critérios mais diversos – situação comum entre grupos estigmatizados. A luta pelo reconhecimento se materializa, entre outras coisas, nas disputas por territórios e lugares para exercer a prostituição. E se as formas de regulação de suas atividades não estão instituídas, abre-se espaço para disputas violentas a partir da instituição de “leis próprias”.

Prostituição como trabalho: distintas opiniões

Acerca do reconhecimento da prostituição como trabalho, três entrevistadas disseram que consideram como algo positivo, mas que jamais gostariam de ser consideradas trabalhadoras do sexo. Isso ocorre porque a prostituição não é compreendida por elas como uma atividade normal. Para elas, uma mulher chega nessa vida por necessidade e não por gosto. Contudo, outras informantes destacam a importância do reconhecimento, pois melhoraria as condições de trabalho e seriam computados os anos trabalhados. Nas entrevistas, fica muito clara a função de emancipação e auto-afirmação que essa atividade propicia, mas há concordância com os significados pejorativos da prostituição. Em outras palavras, elas valorizam as conquistas propiciadas por seu trabalho como prostitutas, mas, de forma paradoxal, se recriminam moralmente. Isso não é algo novo nas nossas sociedades: historicamente, a prostituição tem sido definida como desvio moral, patologia, doença; visões que negam elementos de emancipação que a prostituição pode promover acabam estigmatizando ainda mais as pessoas que a exercem. Assim, para algumas entrevistadas é bastante difícil publicizar seu trabalho devido o estigma social. Contudo, essa não é uma opinião compartilhada por todas:

Deveria legalizar a prostituição. Seria bom tanto pra mulher, para os clientes também, seria uma coisa mais organizada, mais higiênica. Ter um sitio pra trabalhar, que te paga tanto que tu sabe que tendo cliente ou não você vai ganhar tanto, você vai pagar tanto de imposto, sabe? Eu faria uma carteira profissional, pois não tenho vergonha de ser o que sou, porque ninguém vai na minha casa pagar minhas contas, ninguém vai me dar de comida. Então eu não tenho vergonha. Melhor com a carteira, pois seria um trabalho respeitado como outro qualquer (Carolina, 37).

Eu não teria uma carteira profissional de prostituta. É muito vergonhoso, eu tenho vergonha. Minha cabeça não é pra ter essa carteira. Eu quero uma carteira de trabalho, de doméstica, que passa roupa, que limpa privada, mas de prostituta não. Eu tenho vergonha. Se eu faço isso é por necessidade (Paula, 24).

As opiniões diferentes indicam que o debate público acerca da temática deve ser ampliado. A que se deve a moralização que as mulheres fazem de sua própria atividade? Às concepções históricas estigmatizantes? À violência que muitas vezes sofrem? Penso que tanto as perspectivas abolicionistas como as não abolicionistas devem considerar esse paradoxo. Escutar a voz e olhar o rosto de mulheres imigrantes que exercem a prostituição é abrir um espaço para a heterogeneidade de experiências. O coletivo de imigrantes e prostitutas não é homogêneo e a diversidade de experiências, vivências, opiniões, hierarquias (Barreto, 2008) e valores deve ser considerada nas discussões políticas acerca desses temas. A vinculação entre imigração/prostituição e tráfico deve ser problematizada, de forma a identificar as intenções político-ideológicas presentes nessa conexão. Criar espaços para esse debate, com todas as suas tensões, pode ser um caminho a ser seguido pela política pública, de modo que as políticas direcionadas às mulheres imigrantes que exercem a prostituição possam ser para elas e também pensadas com elas. É fundamental para a democracia considerar a pluralidade de vozes e experiências de diversos atores que participam dessas realidades.

As imigrantes brasileiras entrevistadas trabalham na prostituição e decidiram migrar para a Espanha. As dificuldades encontradas as têm levado a construir novas significações a partir de suas interações com diversos atores. Entre ser brasileira, prostituta, imigrante, fazer dinheiro, desfrutar disso tudo, sofrer xenofobia e racismo, vão tecendo posições marcadas e

construindo estratégias identitárias para driblar as formas de exploração e opressão.

Fronteiras e fronteiras

Discutimos acima como a crise dos estados-nacionais tem levado a um questionamento acerca das fronteiras, principalmente no que se refere a questões políticas. Vimos também que alguns dos elementos que têm direcionado esses debates são as mesmas lógicas eurocêntricas e coloniais que marcaram a própria fundação dos estados-nacionais. Essas lógicas se materializam em legislações, conhecimentos e práticas sociais e, mais uma vez, reforçam a ideia de um *outro* inferiorizado e que justifica ações radicais e por vezes violenta, por exemplo, de fechamento de fronteiras.

Por outro lado, vimos como a experiência das brasileiras prostitutas que migraram para a Espanha coloca em xeque essas heterodesignações em suas práticas cotidianas. Esse movimento não aponta, radicalmente, para um questionamento das estruturas e práticas sociais que sustentam a invenção do outro/a nas relações norte/sul, pois parece ter como objetivo maior a busca por mobilidade social, o que não promove, necessariamente, mudança social. Contudo, é preciso estar atento para outra radicalidade dessa experiência que é, como aponta Quijano (2005), a tentativa de buscarmos deixar de ser o que não somos.

Referências bibliográficas

- ASKABIDE. *Violência de género y prostitución: La violencia de género contra El colectivo de mujeres que ejercen la prostitución*. Bilbao, Ed. Mensajero, 2006.
- BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFMG, Belo Horizonte/MG, 2008.

- CARMONA BENITO, Sara. Inmigración y prostitución: El caso de Raval (Barcelona). *Papers. Revista de Sociología*, nº 60, Bellaterra, UAB, 2000, pp.343-354.
- DAVIDA. Prostitutas, 'traficadas' e pãnicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o 'tráfico de seres humanos'. *Cadernos Pagu* (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, julho/dezembro, 2005, pp.153-184.
- DOEZEMA, Jo. ¡A crecer! La infantilización de las mujeres en los debates sobre tráfico de mujeres. In: OSBORNE, Raquel. (ed.) *Trabajador@s del sexo – Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona, Bellaterra, 2004, pp.151-163.
- _____. Forced to choose: Beyond the voluntary vs. forced prostitution dichotomy. In: KEMPADOO, K. e DOEZEMA, J. (eds.) *Global sex workers: Rights, resistance, and redefinition*. New York, Routledge, 1998, pp.34-50.
- EMAKUNDE. *La prostitución ejercida por mujeres en la C.A.E.*, 2001.
- JÁUDENES, E. e JIMENEZ, M. (coords.) *Tráfico e inmigración de mujeres en España. Colombianas y ecuatorianas en los servicios domésticos y sexuales*. ACSUR-Las Segovias, 2001.
- JULIANO, Dolores. El peso de la discriminación: debates teóricos y fundamentacionales. In: OSBORNE, Raquel. (ed.) *Trabajador@s del sexo – Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona, Bellaterra, 2004, pp. 43-55.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu* (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, julho/dezembro, 2005, pp.55-78.
- _____. *Global sex workers: rights, resistance, and redefinition*. New York, Routledge, 1998.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: Essays and speeches*. New York, The Crossing Press, 1984.
- LUCAS, Javier. *Puertas que se cierran – Europa como Fortaleza*. Barcelona, Icaria, 1996.

- LUTZ, Helma, PHOENIX, Ann e YVAL-DAVIS, Nira. (eds.) *Crossfires: Nationalism, racism and gender in Europe*. London/East Heaven, Pluto Press, 1995.
- MARTÍNEZ, Beatriz. *Género, empoderamiento y sustentabilidad: Una experiencia de microempresa artesanal de mujeres indígenas*. México, GIMTRAP, 2000.
- MAYORGA, Claudia. El tráfico de mujeres como problema: colonialismo y patriarcado. *Rev. electrón. psicol. polít.*, vol.7, n.º.21, dez. 2009.
- _____. Otras identidades: mujeres, inmigración y prostitución. Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid. Madri, Espanha, 2007.
- _____. *Identidade, migração e gênero: o caso de mulheres brasileiras prostitutas em Madrid*. Texto apresentado no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*, Florianópolis, 2006.
- MEDEIROS, Regina. *Hablan las putas! Sobre las practicas sexuales, prostitución y SIDA en el mundo de la prostitución de Barcelona*. 2ªed. Barcelona, Virus Editora, 1999.
- MESSEDER, S. A. En lo transatlático la relación de deseo en los actos performativos masculino ante el imaginario sobre el hombre negro. In: SUÁREZ, Agueda Gómez. (orgs.). *Etnicidad y sexualidad en sociedades exóticas*, vol. 01. Madri, Cátedra, 2009, pp.169-180.
- MESSEDER, S. A. Continuidades e discontinuidades: Masculinidades e Corpos. Um estudo sobre homens encarnados em corpos negros com diversas praticas eróticas na cidade de Salvador. *Antropología Feminista y o del Género. Legitimidad, poder y usos politicos*, vol. 02, Sevilla, 2005, pp.131-144.
- MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes. *Feminist Review*, 30, 1988, pp.61-88.
- MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa, Gradiva, 1993.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Trabalho apresentado no *XIV Encontro da ABEP*, 2004 [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf].

- OSBORNE, Raquel. (ed.) *Trabajador@s del sexo – Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona, Bellaterra, 2004.
- PELÚCIO, Larissa. Sin papeles pero con glamur: Migración de travestis brasileñas a España (Reflexiones iniciales). *Vibrant*, vol. 6, Brasília, 2009, pp.170-197.
- PESTRAFF. Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração comercial no Brasil. CECRIA, Brasil, 2002 [<http://www.mj.gov.br/trafico/servicos/publicacoes/Pestraf%20%20Exp%20Sexual.pdf>].
- Piscitelli, Adriana. Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. *Horizontes Antropológicos*, vol 31, 2009a, pp.131-137.
- _____. As fronteiras da transgressão, a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n° 1, 2009b, pp.177-201 [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/SexualidadSaludySociedad>].
- _____. Corporalidades em confronto: gênero e nacionalidade no marco da indústria transnacional do sexo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 22, n° 64, junho, 2007, pp.17-33.
- _____. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu* (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, jul-dez. 2005, pp.7-23.
- _____. Sexo tropical: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos pagu* (6-7), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1996, pp.9-34.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.) *A Colonialidade do Saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. CLACSO, 2005.
- SANTAMARÍA, Enrique. Inmigración y barbarie. La construcción social y política del inmigrante como amenaza. *Papers* 66, 2002, pp.1-296.
- SILVA, Ana Paula e BLANCHETTE, Thaddeus. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana.

Cadernos Pagu (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, jul-dez. 2005, pp.249-280.

SILVA, Hélio R. *Travesti – A invenção do Feminino*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ISER, 1993.